

MOURA, C. R. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira. Um estudo de carreira e socialização*, Rio de Janeiro, FGV, 2007, 136 pp.

Alexandre Colli de Souza  
Mestrando em Ciências Sociais – PPGCSO/UFSCar

O livro de Cristina Patriota de Moura aborda o processo de ressocialização vivido pelos neófitos na carreira diplomática no Instituto Rio Branco (IRBr), órgão com sede no Palácio do Itamaraty, ligado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), e que tem o monopólio de formação dos futuros diplomatas brasileiros. O livro é uma versão quase completa da dissertação defendida em 1999 no PPGAS do Museu Nacional, sob orientação de Gilberto Velho.

A pesquisa de campo intensa nas aulas preparatórias para o concurso e nas aulas do IRBr é aliada às entrevistas, aos questionários e à convivência informal com os “alunos do Rio Branco”. Nesses momentos, aliás, são revelados mecanismos sutis e constantes, indícios de valores e classificações que, muitas vezes, não estão explícitos em regulamentos e documentos oficiais, mas que são essenciais na socialização e na vida da carreira diplomática.

O primeiro capítulo é uma etnografia e análise das mais significativas cerimônias da diplomacia brasileira: a Cerimônia de Formatura (CF) e a Cerimônia de Imposição de Insígnias e Medalhas da Ordem de Rio Branco (CI). Baseada na perspectiva de Stanley Tambiah (1985) de que os rituais são momentos privilegiados para a observação etnográfica por destacarem os aspectos fundamentais da cosmologia de determinado

grupo, a autora procura situar o leitor nos valores e nas classificações da Casa que podem ser observados com clareza nessas cerimônias.<sup>1</sup>

Um aspecto importante nessas cerimônias é a demarcação hierárquica de espaços, atitudes, pessoas e circuitos. Por exemplo, na cerimônia de imposição das medalhas, fica evidente a separação entre os pertencentes ao “mundo de Rio Branco” e os “de fora” na diferença da localização espacial das pessoas, nas vias de acesso ao recinto, nos distintos lugares do coquetel após a cerimônia e mesmo na classificação dos quadros da Ordem: os pertencentes à carreira diplomática compõem o Quadro Ordinário da Ordem, enquanto os não diplomatas que passam a pertencer à Ordem compõem o Quadro Suplementar (embora os não diplomatas passem a pertencer à Ordem, não pertencem a “Casa de Rio Branco” – que significa o corpo diplomático brasileiro). A cerimônia conta com a execução do Hino Nacional, e a entrega das condecorações segue a ordem geral de Precedência e a hierarquia de Graus da Ordem, de modo que o Presidente da República entrega as insígnias que representam o maior grau da Ordem (Grão-Mestre) e os outros “impositores” o fazem de acordo com sua posição na Ordem de Precedência e a correspondência com a hierarquia da Ordem, enquanto o Hino a Rio Branco é executado.

Moura mostra que a formalidade (e padronização) dos atos pode ser percebida também no cumprimento às autoridades, em que os agraciados com a medalha formam uma fila em ordem hierárquica e repetem um cumprimento igual: aperto com a mão direita e um tapinha no braço esquerdo. De maneira geral, essa cerimônia reafirma o *status* da casa, demonstrando sua grandeza e tradição para os diplomatas; para os outros, regula relações amistosas com as pessoas que não pertencem à casa (por meio da imposição das medalhas e da criação do pertencimento à ordem) mas que são representantes de outros órgãos do Estado. Nessa cerimônia, também é mostrado aos próprios alunos do IRBr um prin-

cípio classificador do mundo, no qual se pode ver que posição os amigos “de fora” ocupariam lá dentro e qual o tratamento necessário para com essas pessoas. Demonstra também a força da identidade que eles estão prestes a adquirir e que a grandeza da Casa é reconhecida por pessoas de fora.

Se na CI temos uma predominância da música e, de uma certa maneira, do espetáculo de imposição das medalhas, na CF o foco é o discurso, ressaltando a grandeza da Casa, da Nação e da carreira diplomática. Na visão de Moura, a CF pode ser entendida enquanto um ritual de passagem (Van Gennep, 1978) ou de Instituição (Bourdieu), pois a partir de então os “alunos do Rio Branco” passam a ser terceiro-secretários e a ocupar um lugar na carreira diplomática, dentro de uma ordem de precedência com base na antigüidade na carreira: os alunos têm seu nome anunciado em seqüência pelo diretor do Instituto nessa cerimônia.

Há ainda a entrega de medalhas para os alunos que obtiveram o maior desempenho no concurso de admissão e no curso de formação. Segue-se a isso um almoço com o presidente da República e com as altas autoridades da Casa, em que os alunos têm a oportunidade de experimentar um certo grau de intimidade e de conversas informais com eles (mas com a ordem de precedência orientando os posicionamentos à mesa). Esse é o ponto culminante de um processo de aquisição de uma nova identidade e um *ethos* específico:

Essa identidade provém de pertencer a uma coletividade que tem a conduta de seus membros regulada pelas normas da hierarquia e pela “tradição” da casa, formas de sociabilidade codificadas e uma visão de mundo pautada nos valores condensados na figura do Barão do Rio Branco: a diplomacia como meio de vida, a Casa e a pátria. (Moura, 2007, p. 97)

Se são nessas cerimônias do Dia do Diplomata que as classificações e os valores do *ethos* diplomático aparecem de maneira flagrante para o observador, elas são apreendidas pelos novos diplomatas num processo de socialização contínuo e intenso, muitas vezes de maneira sutil, nas aulas do IRBr e com a convivência com outros diplomatas. Esse processo – o mais interessante do livro – é descrito a partir do segundo capítulo, que mostra como a idéia e a preparação para a carreira diplomática começam muito antes da entrada no concurso.

A idéia de “carreira”, termo significativo muito usado pelos diplomatas, refere-se à sua trajetória dentro do serviço exterior brasileiro, e é muito identificada de maneira ampla com a própria vida, com a diplomacia como razão de ser. A autora mostra também uma visão geral que, retrospectivamente, caracteriza a idéia da carreira diplomática como um projeto de vida iniciado muito anteriormente ao ingresso no IRBr, muitas vezes na infância ou nos primeiros anos do ensino médio, na decisão de ser diplomata. A “carreira”, para os diplomatas, pode se iniciar em algum instante entre a aprovação no concurso e a Cerimônia de Formatura no Dia do Diplomata; no entanto, a caracterização subjetiva desse momento inicial é muito fluida e às vezes percebida como um processo único, sem grandes quebras, em que a familiaridade com a carreira diplomática vai crescendo aos poucos.<sup>2</sup>

A autora mostra que a carreira diplomática é, em muitos casos, um projeto familiar, que tem início pelo fato de ela ser representada como uma carreira aprovada. Um conjunto de representações da carreira diplomática é elencado como garantidor dessa aprovação familiar. A começar pelo estereótipo do diplomata, que caracterizará muitos com “vocação”, sendo “diplomata nato”, tendo “perfil riobranquino” de acordo com certas características percebidas: inteligência, fineza, educação, cortesia etc. Outros fatores dessa legitimidade da carreira são a idéia de pertencer a um grupo de *status*, ascender socialmente, estar próximo ao

poder, ser considerado membro de uma elite sofisticada e de difícil acesso. Ainda que a autora ressalte que é possível identificar um *ethos* diplomático diferente do *ethos* cortês (Elias, 2001),<sup>3</sup> é de especial significação que os termos “nobre” e “aristocrático” sejam usados por candidatos e parentes para se referir ao profissional do serviço exterior, combinados com a idéia de que eles seriam muito inteligentes, formando uma elite dos intelectualmente capacitados. Há também um conjunto de razões mais práticas para a escolha da carreira, como conhecer outras culturas, viajar, ter estabilidade etc.

O concurso é considerado de extrema dificuldade, com provas objetivas, dissertativas e orais de diversas disciplinas; e, no processo de preparação para o concurso, os candidatos muitas vezes fazem aulas preparatórias de várias matérias com professores-diplomatas, envolvendo na maioria das vezes um grande esforço financeiro e dedicação. O concurso também é vivido como um momento muito importante, mas de grande tensão, principalmente nas etapas finais, quando os aprovados vão a Brasília, onde durante um mês se realizam as últimas provas.

Nesse momento é que eles têm a primeira oportunidade de convivência mútua, de relacionamento próximo e pessoal com os possíveis futuros colegas. Para Moura, esse é o instante da criação do sentimento de *communitas* (Turner, 1974), característico do período marginal do processo ritual; no entanto, ao mesmo tempo, há também uma competição entre os candidatos que permanecerá até o Profa-I, a qual estabelecerá a ordem de precedência na carreira. É o momento também em que se desfazem caracterizações prévias a respeito dos outros candidatos, como serem “sérios demais”, de “classe alta”, “superdotados” etc.

Por outro lado, se são desfeitas imagens prévias dos outros candidatos, certas características do “pessoal do Itamaraty” são vistas pela primeira vez por meio de um contato muito formalizado. É significativa a descrição do procedimento das provas orais, que são ocasiões solenes,

que ocorrem no espaço das cerimônias e exigem o traje de “passeio completo” – o candidato deve falar e se comportar de maneira mais formal.

Essa maneira “mais formal”, com a qual o candidato toma contato inicialmente no concurso, é a que será exigida dele com mais intensidade no Profa-I. No terceiro capítulo, Moura demonstra que o processo ressocializador realizado no curso tem como base um esforço de adaptação ao *ethos* diplomático, que é maior do que o esforço empregado nos conteúdos do curso. O que deve ser aprendido nessa fase é a “forma”: o tratamento com os outros na relação pessoal, a maneira apropriada de se vestir (camisas claras, gravatas não extravagantes etc.), como falar em público, não ficar anônimo durante as aulas, falar o português correto, sem vícios de linguagem etc. Se durante o concurso os alunos já haviam tido contato com a formalidade da instituição, agora essa experiência se torna mais intensa, já que, além da formalidade, eles entram em contato com a hierarquia interna da instituição e têm de interiorizar uma maneira de se situar na hierarquia da carreira, bem como estar gradualmente adaptados aos novos códigos que organizarão e classificarão o mundo com base em sua nova identidade de diplomata.

As conseqüências desse aprendizado são a necessidade de incorporar novas formas de comportamento e controle emocional, que serão postos em uso de acordo com a pessoa com quem se relacionam. Concomitante a isso, os alunos devem apreender também que sua ascensão na carreira depende da valorização de características individuais, que serão levadas em conta na sua avaliação e no estabelecimento da ordem de classificação na carreira.

Podemos observar no texto que essa apreensão de uma nova identidade tem como mecanismo mais eficiente a relação dos alunos com outros diplomatas, principalmente com os que ministram aulas. São esses professores-diplomatas que irão repreender os alunos com relação a sua vestimenta, seu possível comportamento inadequado (bocejar

durante uma palestra, por exemplo) ou à formalidade e apresentação pessoal necessárias em suas falas. Do ponto de vista dos alunos, a percepção é de que, além de professor, ele é um modelo de diplomata (que hierarquicamente está mais próximo da totalidade, da Casa) e uma pessoa que poderá ser fundamental na carreira de cada ingressante, indicando os que ele considerar mais competentes e deixando para trás os mais ineficazes. Nesse arranjo, tudo colabora para um privilégio das relações verticais em detrimento da relação entre pares, criando um clima de tensão no grupo que entrou coeso no início do Profa-I.

O *ethos* diplomático, que é vivenciado e ao qual os alunos têm de se adaptar, tem por base uma distinção de *status* (dos diplomatas com relação aos demais brasileiros), uma preeminência da totalidade sobre as partes e a ascensão na hierarquia por meio da valorização das qualidades individuais, um arranjo parecido com o que existe nas Forças Armadas, inclusive no sistema organizacional da carreira e da ascensão.<sup>4</sup>

Além da experiência enquanto “aluno do Rio Branco” e como membro da carreira diplomática, somos apresentados no capítulo 4 às dimensões da vida do novo diplomata que vão além do desempenho técnico-funcional da carreira do serviço exterior, a vida doméstica e a família. Moura aponta que a percepção dos novos diplomatas a respeito da carreira e da instituição classifica-as como totais, devido ao tipo de adesão que é exigida, que implica a incorporação de um *ethos* que se estende por todas as áreas da vida. A entrada na carreira diplomática implicará, em primeiro lugar, uma ruptura com uma série de vínculos anteriores, tais como família, grupo de amigos e vizinhos e promoverá o estabelecimento de relações intensas entre os próprios diplomatas, que passam a frequentar os mesmo clubes, restaurantes e muitas vezes são vizinhos.

A própria família nuclear é reclassificada e englobada pela identidade diplomática, que é estendida a “cônjuge de diplomata” e “filho de diplomata”.<sup>5</sup> As escolhas matrimoniais também parecem apontar no sentido

de uma certa tendência para uma regra de casamento preferencialmente endogâmico: o *status* dos diplomatas faz que eles adquiram um padrão de aceitabilidade específico para seus cônjuges e tendam a escolher alguém “à altura da categoria ‘cônjuge de diplomata’”(Moura, 2007, p. 97). Por outro lado, a carreira exige que o cônjuge tenha disponibilidade para acompanhar o diplomata em suas mudanças de local de trabalho, bem como a Casa exige que aquele desempenhe funções de “representação diplomática” por meio da organização e participação de jantares e eventos em geral. A solução encontrada, tanto para se adaptar à classificação e aos valores quanto para ser prático, é o casamento com outro diplomata.

Além disso, as imagens de parentesco também aparecem como maneiras de a instituição se representar, orientar as relações entre seus membros tanto no ambiente doméstico quanto no profissional. Nesse sentido, a autora realça que a categoria Casa, quando usada oficialmente pela instituição para se definir, adquire um caráter familiar e sagrado ao unir cada um com a totalidade, ao fortalecer a “Casa de Rio Branco” enquanto comunidade moral que une patrimônio e parentesco (aos moldes de Lévi-Strauss e Bourdieu). Um patrimônio principalmente imaterial, que tem sua base no monopólio da Casa de produzir os representantes oficiais do Estado brasileiro.

É quase impossível não fazer uma comparação maior com a instituição militar, devido à semelhança que envolve o processo de socialização e todo um conjunto de valores e classificações das duas instituições. A começar pela figura do patrono, no Exército brasileiro a figura de Caxias sintetiza qualidades, bem como é símbolo de feitos históricos do Exército que o ligam simbolicamente com a história da nação. A figura do Barão do Rio Branco é o emblema da “comunidade moral” dos diplomatas. Sendo o responsável pelos acordos de negociação das últimas

fronteiras e por dar forma à diplomacia brasileira, ele é a solução simbólica que vincula duas totalidades, a Casa e a Nação.

Da mesma forma, militares e diplomatas têm de passar a viver e a incorporar uma série de novas maneiras de comportamento, de controle psicológico e de um domínio da “formalidade” (enquanto qualidade ou substância), que passam perto daquilo que é definido por Elias como um *ethos de corte*. Talvez a comparação mais significativa seria, ainda, a de que os dois tipos de instituição formam com exclusividade os profissionais que são os representantes legítimos do Brasil no contato com outros Estados, e de que, apesar de poderem ser consideradas instituições burocráticas e racionais, conservam características que as aproximam a estamentos, como uma noção de exclusividade.

Por fim, resalto ainda o pioneirismo dessa pesquisa, no cenário da produção antropológica brasileira, no que se refere ao estudo de carreiras e de maneira especial quando se pensa nesse tipo de abordagem etnográfica dos processos de socialização nas carreiras “de Estado”. O livro atiza a curiosidade de pensar, por exemplo, quais as relações possíveis entre o *ethos* diplomático e o “espírito militar” (Castro, 1990), e se é possível pensar que essas duas carreiras têm processos parecidos por se referirem a instituições (o MRE e as Forças Armadas) que têm a função de lidar com o “exterior”, seja pela via do acordo e da negociação, seja pela via da inimizade e do conflito. Ainda, seu trabalho faz levar em consideração que os aspectos oficiais, as “meras formalidades”, têm muito a dizer a respeito da realidade dos processos circunscritos pelo Estado.

## Notas

- 1 Essa duas cerimônias ocorrem normalmente no dia 20 de abril de cada ano, que é o Dia do Diplomata. Essa data comemorativa foi instituída em 1970, quando da mudança do MRE do Rio de Janeiro para Brasília, no novo Palácio do Itamaraty. Nessas cerimônias segue-se um ordenamento rígido de procedimentos, que são conduzidos pela equipe de Cerimonial do Itamaraty e nos quais os membros do primeiro ano do Profa-I (Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase, curso feito no IRBr após a aprovação no concurso de admissão) ajudam na condução.
- 2 É interessante observar como esse processo, que é considerado “sem muitas quebras”, pode ser pensado quando se leva em conta a idéia de ritual, que pressupõe alguma ruptura de algum nível.
- 3 Além disso, a autora compara a estrutura física e hierárquica do Palácio do Itamaraty com a descrição das estruturas arquitetônicas da corte.
- 4 Para maiores detalhes da organização militar enquanto um sistema de “castas de um homem só”, ver Leirner (1997). Cabe ressaltar ainda que, em ambas as organizações, existe um sistema de avaliação individual vertical e horizontal, que classifica os sujeitos de acordo com determinadas qualidades. Muito embora não seja apresentado no livro de Moura nenhum maior detalhe a respeito desse tipo de avaliação, se tomarmos por base a instituição militar, podemos notar que as tais “qualidades individuais” são a resultante da eficiência ou não dos sujeitos em apreender as características inerentes ao “ser militar” ou ao “ser diplomata”.
- 5 A autora trata dessa categoria em trabalho anterior (Moura, 1996). Essas duas novas classificações implicarão novos documentos.

## Bibliografia

CASTRO, Celso

1990 *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert

2001 *A sociedade de corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

LEIRNER, Piero de Camargo

1997 *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*, Rio de Janeiro/São Paulo, FGV/Fapesp.

MOURA, C. P.

1996 *Filho de diplomata. Estudo antropológico sobre a construção e manutenção de uma identidade "quase" fragmentada*, dissertação, DAN/UnB.

TAMBIAH, Stanley

1985 *Culture, Thought and Social Action. An Anthropological Perspective*, Cambridge, Harvard University Press.

TURNER, Victor Witter

1974 *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*, Petrópolis, Vozes.

VAN GENNEP, Arnold

1978 *Os ritos de passagem*, Petrópolis, Vozes, Coleção Antropologia, n. 11.